

MANOEL BOMFIM E EUCLIDES DA CUNHA: VOZES DISSONANTES AOS HORIZONTES DO PROGRESSO

MANOEL BOMFIM AND EUCLIDES DA CUNHA: DISSONANT VOICES ON THE HORIZONS OF PROGRESS

Simone Petraglia Kropf*

KROPF, S. P. 'Manoel Bomfim and Euclides da Cunha: dissonant voices on the horizons of progress'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, III (1), 80-98 Mar.-Jun. 1996.

The article presents a counterpoint between the conceptions of Brazilian society developed by Euclides da Cunha and Manoel Bomfim in their books *Os sertões* (1902; tr. *Rebellion in the Backlands*, 1944) and *A América Latina: males de origem* (1905). Framing both works against the climate of enthusiasm over national modernization which marked the turn of the century, the article identifies common points and differences: how these authors questioned the ongoing political-social process, in which Brazil was proclaimed to be on the road to progress and civilization; how each put forward their critical viewpoints regarding the logic and goals governing this process; and the limits that each imputed to the process then underway.

KEYWORDS: *Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, modernization, progress, civilization, national identity.*

O entusiasmo pelo novo

* Bolsista de aperfeiçoamento científico da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.
Rua Mascarenhas de Moraes, 143/703
Rio de Janeiro — RJ
22030-040

As últimas décadas do século XIX marcam uma época de importantes transformações na sociedade brasileira, num processo de diversificação e complexificação sob vários aspectos, políticos, econômicos e culturais. Tomada como marco do ingresso em uma nova era, a República era por muitos celebrada como a consagração do novo, entendido como o caminho para a construção de uma nação tida como moderna e identificada com os ideais do progresso e da civilização. A proclamação destes ideais era o que distinguia a chamada "geração ilustrada de 70" (Barros, 1986), que, mobilizada na propaganda abolicionista e republicana, condenava a fossilização do Império e pregava a urgência de reformas capazes de redimir a sociedade de um passado apontado como obscuro e vazio de possibilidades, abrindo assim as portas de um futuro 'regenerador'. Tendo como palavra de ordem modernizar e civilizar a nação, estes intelectuais consideravam-se não só os porta-vozes de tal corrente trans-

formadora, mas também os agentes privilegiados de sua concretização, na medida em que se colocavam como os responsáveis pelas idéias capazes de apontar os programas tidos como eficazes para a viabilização do progresso. Concebendo o saber como fator preponderante para a reforma social, eles reivindicavam para si o papel de condutores da nação, fazendo do utilitarismo intelectual seu traço de identidade. Como assinala Nicolau Sevcenko (1985, pp. 78-9), neste momento, “o engajamento se torna a condição ética do homem de letras”.

Meu objetivo é confrontar as visões de dois intelectuais participantes desta geração, Euclides da Cunha e Manoel Bomfim, que, embora partilhando a crença em voga quanto à perspectiva de transformar o Brasil em direção ao progresso, expressaram uma posição crítica e questionadora em relação aos rumos assumidos na implementação deste projeto civilizatório.

Segundo os intelectuais engajados do final do século XIX, as principais exigências da realidade brasileira da época que precisavam ser contempladas eram a atualização da sociedade diante do modo de vida característico dos países ditos civilizados, a modernização das estruturas básicas da nação e o estímulo ao progresso, tanto material quanto cultural do país. Tratava-se, enfim, de um amplo programa de reformulação social, destinado a compatibilizar o Brasil com os horizontes dos ‘novos tempos’ que se constituíam na passagem para o novo século. Para tanto, tornava-se imprescindível desenvolver um conhecimento sobre a sociedade que, abarcando-a em seus mais variados aspectos, pudesse identificar as vias mais adequadas para a solução de seus problemas prementes. É nesta perspectiva que os intelectuais comprometidos com a reforma social recorriam às teorias européias então em voga, que, como salientou a célebre expressão de Silvio Romero (*apud* Barros, 1967, p. 13): “esvoaçavam sobre nós de todos os pontos do horizonte”. Dentre estas teorias, destacavam-se especialmente o evolucionismo e o darwinismo social.

Muitos autores sublinham a dificuldade em distinguir claramente as diversas teorias que despontaram no final do século XIX no pensamento europeu, por se tratar de modelos de explicação da realidade que, embora referidos a uma série de conceitos e postulados comuns na época, se desdobraram em diferentes direções, muitas vezes excludentes entre si. No caso da absorção desse “cinematógrafo de *ismos*” no Brasil — para usar a expressão de Silvio Romero —, a classificação torna-se ainda mais problemática, uma vez que tais teorias foram compreendidas a partir de leituras próprias à especificidade de nosso contexto sócio-cultural.

Segundo Lilia Schwarcz (1993), ainda que tomando o conceito de evolução como paradigma comum, o evolucionismo social e

o darwinismo social foram abraçados pela intelectualidade brasileira como modelos teóricos cujas diferenças essenciais se davam em referência direta ao debate entre as visões monogenista e poligenista acerca da evolução da humanidade. Partilhando a concepção monogenista — segundo a qual a humanidade teria uma origem una e todos os povos seriam igualmente capazes de evoluir, ainda que em diferentes níveis e velocidades —, os defensores do evolucionismo social acreditavam que os homens seriam hierarquicamente ‘desiguais’ entre si, seguindo todavia o mesmo percurso de um constante aperfeiçoamento em seu desenvolvimento global. Já a visão poligenista postulava que, embora pudesse ter existido uma origem comum à humanidade, as espécies humanas haviam se separado, desde os tempos remotos, de forma a se constituírem em heranças e aptidões radicalmente diversas. Adotando tal concepção, o darwinismo social pregava que, ao invés de simplesmente desiguais, os vários grupos humanos seriam natural e essencialmente ‘diferentes’ entre si e, portanto, caracterizados por potenciais evolutivos ontologicamente diversos (Greene, 1981).

Para além das particularidades que distinguiam estas e outras teorias então em projeção no cenário intelectual brasileiro, convergia-se no sentido de consagrar a confiança no poder da ciência enquanto a chave por excelência para promover o desenvolvimento da sociedade. Concebido como meio direto de reduzir a realidade a leis e informações objetivas, e, a partir do conhecimento destas, desvendar-lhe as características, tendências e processos, o saber científico era aclamado como a fonte segura para a instrumentalização das intervenções reformadoras dos que se mobilizavam em apontar as diretrizes da ‘civilização’. Nas palavras de Sevckenko (1985, p. 85): “Uma ciência sobre o Brasil seria a única maneira de garantir uma gestão lúcida e eficiente de seu destino. Desacreditadas as elites tradicionais, só a ciência — e seus Prometeus portadores — poderia dar legitimidade ao poder.”

Conforme afirma Lilia Schwarcz (1993, p. 28), tais intelectuais tinham a ciência não apenas como um traço diferenciador de sua formação profissional, mas, sobretudo, como “uma espécie de sacerdócio”. Trata-se de uma geração que, independente do envolvimento em uma produção científica efetiva, valorizava a ciência como emblema de uma moda intelectual tida como intimamente comprometida com a reforma da nação. É nesse sentido que se pode apontar uma tendência comum para a atuação social postulada por esses “homens de ciência”. Diz a autora (*idem*, p. 37):

“Longe de conformarem um grupo homogêneo, divididos em função dos vários interesses profissionais, econômicos e regionais — que tendem a se acirrar com a queda da monarquia — esses

intelectuais guardavam, porém, certa identidade que os unia: a representação comum de que os espaços científicos dos quais participavam lhes davam legitimidade para discutir e apontar os impasses e perspectivas que se apresentavam para o país.”

A mudança institucional do regime reforçava as expectativas quanto à renovação social e a crença nas conquistas do progresso. Deslocados os grupos identificados à tradição e ao passado imperial, vislumbravam-se, entre os espíritos empolgados com o novo, perspectivas promissoras para a nação. É este o horizonte que dava o tom à chamada Belle Époque, que tinha como núcleo irradiador a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Representante tanto institucional quanto simbólica da nação, a cidade era o palco privilegiado para as ações e interesses dos intelectuais e elites dirigentes no sentido da concretização das aspirações norteadoras do projeto que propagandeavam como regeneração nacional. É com tal espírito que se empreendiam, por exemplo, os esforços e investimentos na grande obra da remodelação urbana realizada no governo de Pereira Passos: rompendo com a imagem tida como vexatória de cidade insalubre e atrasada, o Rio de Janeiro reformado e saneado de acordo com os preceitos da técnica e da ciência era, na visão dos entusiastas do progresso, a imagem emblemática de uma nação que entrava triunfante no novo século, adequando-se aos padrões e ideais do mundo civilizado. O otimismo era, pois, a marca dos que comemoravam a inauguração dos tempos da modernidade.

Porém, o processo de consolidação do regime republicano traria uma série de decepções para muitos intelectuais que, ao verem afirmar-se como tipo social vitorioso não o espírito ilustrado, mas o burguês aventureiro e especulador, o arrivista, fariam suas as palavras de Lopes Trovão: “Essa não é a República dos meus sonhos!” Vendo cada vez mais reduzidas as perspectivas quanto a uma efetiva participação junto ao poder e conseqüentemente as chances de pôr em prática seus ideais reformadores, esse grupo de intelectuais, definido por Sevckenko (1985, pp. 86-93) como “paladinos malogrados”, passava a ocupar uma posição distanciada e crítica em relação aos grupos dominantes no cenário sócio-político e ao próprio processo de modernização.

Segundo este autor, tais intelectuais desiludidos com a República se dividiam em dois grupos. O primeiro era o daqueles que, afirmando um repúdio radical à situação reinante, resignavam-se estoicamente à nova realidade, isolando-se totalmente em sua descrença. Eram eles os escritores simbolistas, decadentistas e nefelibatas, dentre os quais se destacava a figura de Cruz e Souza, que, angustiado quanto aos ideais que lhe pareciam ina-

tingíveis, declarava: “o artista é um isolado, não adaptado ao meio, mas em completa, lógica, inevitável revolta contra ele” (*apud* Sevcenko, 1985, p. 89).

O segundo grupo era o dos intelectuais que, inconformados com os rumos adotados no processo de implementação da nova ordem, passaram a manifestar uma posição crítica de combatividade, assumindo uma pregação reformista. Euclides da Cunha e Manoel Bomfim, escrevendo suas principais obras contemporaneamente nos primeiros anos do século XX — ou seja, no auge do otimismo quanto ao programa de regeneração nacional —, afirmaram uma postura e um discurso questionadores em relação à chamada modernização republicana, propondo visões alternativas para o processo histórico-social brasileiro e para a superação de seus principais problemas. As obras em questão, e que serão analisadas aqui, são, respectivamente, *Os sertões*, escrita em 1901 e editada em 1902, e *A América Latina: males de origem*, escrita em 1903 e publicada em 1905.

Embora contendo uma verdadeira obra-prima da literatura e do pensamento social brasileiros, a obra de Euclides da Cunha não é vasta. Além de *Os sertões*, ela é formada basicamente por ensaios e estudos históricos e literários, grande parte escrita como colaboração para a imprensa, e por memórias de natureza técnico-científica, além de cartas e poesias. Alguns de seus trabalhos foram reunidos pelo autor sob a forma de livro: *Contrastes e confrontos*, editado em 1907, e *À margem da história*, publicado logo depois de sua morte, em 1909. Outros foram compilados e editados postumamente em três livros, intitulados *Outros contrastes e confrontos*, *À margem da geografia* e *Fragmentos e relíquias* (*Obras completas*, 1995).

Manoel Bomfim, tendo abandonado a prática da medicina após o trauma da morte da filha, dedicou a vida e grande parte de sua obra a assuntos relativos à educação, publicando vários trabalhos a respeito e inclusive alguns livros didáticos. Foi durante a viagem que fez a Paris, em 1903, para estudar psicologia e pedagogia, que escreveu a obra aqui tratada. Nos últimos cinco anos de vida, consciente da gravidade da doença que o mataria em 1932, Bomfim produziu os outros quatro trabalhos que, juntamente com *A América Latina* — o mais importante e de maior repercussão —, compõem sua obra de análise sociológica sobre a formação histórica brasileira. São eles: *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na história* (1930), os dois tomos de *O Brasil nação* (1931) e *Cultura e educação do povo brasileiro* (1932).

Ainda que comungassem das concepções próprias de seu tempo e, em função mesmo deste pertencimento, se valessem das teorias deterministas tão propagadas pelo discurso legitimador do projeto civilizatório, Euclides e Bomfim apresentaram-se, a

meu ver, como vozes dissonantes aos horizontes do progresso não no sentido de contradizerem essa perspectiva, mas sim porque, na compreensão mesma que dela tiveram, introduziram importantes questões problematizadoras do próprio processo pelo qual tal progresso se encaminhava concretamente.

Além deste traço comum relativo ao posicionamento crítico que assumiram no cenário político, social e ideológico da época, um outro fator interessante para a aproximação entre tais autores é a sua formação acadêmico-profissional. Euclides da Cunha formou-se em engenharia na Escola Militar no Rio de Janeiro e Manoel Bomfim concluiu seus estudos na Faculdade de Medicina desta cidade. Ambos eram, portanto, representantes de categorias profissionais que neste período — especialmente no início do século, tendo em vista o debate sobre as obras de saneamento para a capital federal — destacavam-se na reivindicação de maiores espaços de atuação. Enquanto os engenheiros afirmavam sua identidade como agentes diretos das obras para a modernização material do país, pleiteando assim o papel de verdadeiros construtores da nova nação, os médicos, por sua vez, sobretudo aqueles mobilizados no discurso e na prática higienistas, pretendiam assumir a condição de saneadores das condições físicas e morais da população. Advogando as qualidades superiores de sua formação científica, ambos os grupos se autoconcebiam assim como diretamente comprometidos com a responsabilidade em decidir, de forma objetiva e eficaz, sobre o programa social da modernização, conduzindo o país para as, segundo eles, múltiplas e indispensáveis conquistas do progresso.

Este é um aspecto que cabe ser ressaltado, pois, ao meu ver, foi um importante fator a nortear, de forma substantiva, a ótica e os objetivos a partir dos quais os dois autores formularam sua crítica da sociedade. Expressando em suas obras o olhar segundo o qual a realidade social deveria ser conhecida e administrada de acordo com os preceitos ditos superiores da técnica e da competência características do saber científico, tanto Euclides quanto Bomfim manifestaram em suas concepções, como homens de letras e de ciência, os traços constitutivos das identidades socialmente construídas pelas categorias profissionais às quais estavam referidos.

A ciência como instrumento para a análise e a reforma da sociedade

Um primeiro ponto de convergência das duas análises acerca da sociedade brasileira é a importância fundamental conferida ao conhecimento científico. Em ambas as obras, ele é a base da fundamentação e legitimação teórica para as formulações desen-

volvidas com o intuito de dar conta objetivamente das condições concretas da realidade nacional. Em função desta potencialidade explicativa, tal conhecimento era concebido, ainda que de forma diferenciada em cada autor, como um fator decisivo para a implementação das reformas sociais propostas por tais formulações. No caso de Euclides da Cunha, a elaboração de *Os sertões*, tanto em termos da narrativa quanto do tratamento teórico-analítico, faz com que a obra se coloque como um verdadeiro tratado científico acerca das condições físicas e sociais do arraial de Canudos. Tendo como referência constante em suas obras a filiação ao positivismo — herança direta de sua formação na Escola Militar —, a visão da ciência como veículo por excelência tanto para a compreensão quanto para a transformação social era o que fundamentava o sentido conferido pelo autor à sua própria produção intelectual. “A definição exata e o domínio franco da grande base física da nossa nacionalidade, aí está a nossa verdadeira missão. ... Esta exploração científica da terra — coisa vulgaríssima hoje em todos os países — é uma preliminar de nosso progresso, da qual nos temos esquecido indesculpavelmente” (*apud* Sevcenko, 1985, p. 141).

No que diz respeito a Bomfim, o saber científico era igualmente a base para o desenvolvimento de suas teses, que, articuladas a partir do conceito-chave de parasitismo, lançavam mão de um modelo explicativo tomado de empréstimo das ciências biológicas para a construção da análise social. Ainda que se declare atento contra “a estreiteza de vistas com que o aplicam à crítica dos fatos sociais”, o autor não deixa de recorrer substantivamente ao modelo biológico como pressuposto orientador para o conjunto de suas proposições. Nitidamente marcado pela influência comtiana, ele afirma:

“Uma verdade porém é hoje universalmente aceita: que as sociedades existem como verdadeiros organismos, sujeitos como os outros a leis categóricas. Deste consenso unânime vem exatamente o considerar-se a sociologia como ciência, isto é, o estudo de um conjunto de fatos dependentes de leis fatais, tão fatais como as da astronomia ou a química, fatos estreitamente dependentes e relacionados, e pelos quais nos é dado perceber a sociedade como uma realidade à parte, cujas ações, órgãos e elementos são perfeitamente acessíveis ao nosso exame” (Bomfim, 1993, pp. 51-2).

Porém, na forma como Bomfim operacionaliza em sua análise o recurso ao método e ao conhecimento científicos, uma diferença se faz marcante em relação à visão de Euclides. Mesmo que, em última instância, deixe transparecer sua posição pessoal quanto ao seu objeto de estudo, Euclides pretende que a objetividade

de suas formulações seja decorrente de uma posição de imparcialidade diante dos fatos sociais, tomada como condição indispensável de uma abordagem que se pretende científica. Bomfim, por sua vez, rompe com a exigência de neutralidade dominante no discurso cientificista da época ao assumir, já na Advertência que antecede suas considerações, sua vontade e interesses pessoais como sendo o próprio motor da análise a ser desenvolvida. Ainda que comprometido com a exposição de uma teoria nos moldes colocados pela ciência, ele anuncia a presença de “certos comentários (que) parecerão descabidos ou impróprios a uma demonstração que assim se fundamente” (idem, pp. 35-6). E declara:

“Seria preciso, acreditam certos críticos, uma forma impassível, fria e impessoal; para tais gentes, todo argumento perde o caráter científico sem esse verniz de impassibilidade; ... pobres almas!... Como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exigida pelos críticos de curta vista!... Não; prefiro dizer o que penso, com a paixão que o assunto me inspira; paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica.”

Afirmando que não seria a imparcialidade que caracterizaria uma formulação como suspeita, mas sim a dissimulação dos interesses que a orientam, Bomfim se mostra extremamente inovador em sua época. Em várias passagens, ele aponta em que medida pretensas teorias científicas — como, por exemplo, a teoria das raças inferiores legitimada pelo chamado darwinismo social — escondiam na verdade os interesses nada neutros da dominação e exploração social, tais como os que fundamentavam o racismo dos defensores da escravidão e do colonialismo.¹

Partindo, ainda que com encaminhamentos diferenciados, de uma preocupação recorrente na época, qual seja a de fornecer um saber objetivo acerca das condições e processos constitutivos da realidade social do país, os dois autores opunham-se ao ambiente otimista da Belle Époque, introduzindo elementos profundamente críticos e até mesmo pessimistas quanto ao então celebrado horizonte promissor da modernização. E, nesse sentido, tanto Euclides quanto Bomfim afirmavam tal posição justamente em função da maneira como concebiam a sociedade brasileira e os processos de seu desenvolvimento histórico.

Euclides da Cunha e os desvios de uma civilização

O contato direto com a campanha de Canudos representou para o autor de *Os sertões* um verdadeiro ponto de inflexão em sua compreensão a respeito dos destinos do país. Tendo se for-

¹“Pobre Darwin! Nunca supôs que a sua obra genial pudesse servir de justificação aos crimes e às vilanias de negreiros e algozes de escravos” (Bomfim, 1993, p. 249).

mado e atuado até então como um propagandista destacado dos ideais do progresso e da civilização, é através do conhecimento das condições de vida do sertão baiano e da luta que aí se travou contra os ‘fanáticos’ de Antonio Conselheiro que ele manifesta seu questionamento quanto à forma pela qual estes ideais estavam sendo concretizados pela recém-proclamada República.

Concebendo o processo social nos moldes de um evolucionismo pautado pelas teses spencerianas e do darwinismo social, Euclides via a sociedade brasileira como sujeita, em seu desenvolvimento, ao curso progressivo da fusão entre as três raças que a compunham. Preocupado com a questão da formação de um tipo antropológico que representasse a nacionalidade brasileira e observando o processo de cruzamento racial que se fazia determinante para tal formação — “o brasileiro, tipo abstrato que se procura, ... só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo” (Cunha, 1991, p. 50) —, o autor salientava o que seriam os males potenciais da mestiçagem. Segundo esta visão, por representarem estágios desiguais de evolução, as diferentes raças, ao se fundirem, comporiam um produto destinado a obstaculizar a própria evolução, na medida em que o hibridismo tendia ao desequilíbrio entre as tendências irreconciliáveis das matrizes que lhe davam forma. Ele enuncia o princípio da seguinte forma: “A mistura de raças mui diversas é, na maioria das vezes, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da raça inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso” (idem, p. 77).

A tendência em fazer do mestiço um degenerado pela concorrência intensa e prolongada de fatores antagônicos poderia ser, entretanto, revertida, à proporção que se garantissem condições para a formação de um tipo homogêneo e estável, ainda que produzido por diferentes matrizes raciais. Foram tais condições que Euclides identificou no sertão de Canudos (idem, p. 78): “a observação cuidadosa do sertanejo do Norte mostra atenuado esse antagonismo de tendências e uma quase fixidez nos caracteres do tipo social emergente”. Tendo permanecido isolados da civilização e portanto ‘protegidos’ da pressão de um estágio social superior, os sertanejos teriam podido, segundo o autor, desenvolver, ajudados por um meio que lhes era favorável, um tipo antropológico definido. Ou seja, por terem escapado das “exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo” (ibidem, p. 79) e operado entre si uma fusão mais compatível com os elementos inferiores, eles teriam justamente por isso preservado sua integridade orgânica e, portanto, garantido suas potencialidades para o curso normal da evolução que os levaria a se tornarem capazes de conquistar por si mesmos a

civilização. Nessa medida, apareceriam como retrógrados, e não degenerados como os mestiços do litoral, onde, pela pressão da civilização, “funções altamente complexas se impõem a órgãos mal constituídos, comprimindo-os e atrofiando-os antes do pleno desenvolvimento” (ibid., p. 79). É através deste raciocínio que Euclides chega à conclusão de que estava em Canudos diante do “cerne de nossa nacionalidade” (ibid., p. 398), do possível embrião daquilo que, garantida a marcha natural da evolução, poderia representar o que ele considerava como uma civilização autenticamente constituída.

“A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autônoma e, de algum modo, original, transfigurando, pela própria combinação, todos os atributos herdados; de sorte que, despeada afinal da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada por isto mesmo que não a atingiu de repente” (ibid., p. 79).

Com o espírito dividido entre a visão do atraso e da barbárie atribuídos aos jagunços e a admiração por sua força e vigor enquanto “rocha viva de nossa raça” (ibid., p. 398), Euclides desenha os contornos de sua crítica à cruzada civilizatória empreendida pelas tropas que, representando a tão proclamada modernização republicana em curso na capital, teriam, numa carnificina sem precedentes, se igualado em brutalidade aos próprios “fanáticos” que combatiam no sertão do país.² Ainda que pretendendo empreender um relato estritamente científico sobre o episódio, Euclides não esconde sua contrariedade acerca desta “página sem brilho” (ibid., 382) de nossa história e lamenta os resultados de uma campanha que, segundo ele, se constituiu num “refluxo para o passado” (ibid., p. xxix) e que “foi, na significação integral da palavra, um crime” (ibid., p. xxix), um crime contra a própria nacionalidade. Afirmando a crença na marcha inexorável do progresso, ele formula tal certeza com um tom de amargura, expressa em sua famosa frase: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos” (ibid., p. 52). A força de sua crítica ao programa de modernização que, ancorando-se num cosmopolitismo segundo ele consagrador de mediocridades, se fazia legitimadora do regime da “imbecilidade triunfante” (*apud* Sevcenko, 1985, p. 88), está presente de forma incisiva na seguinte declaração em que deplora o desvirtuamento de uma República que, em nome da própria civilização, teria sido capaz de cometer tantos absurdos:

“Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança

² Descrevendo um combate, Euclides da Cunha (1991, p. 193) resume o “espetáculo” da seguinte forma: “A natureza toda quedava-se imóvel naquele deslumbramento, sob o espasmo da canícula. Os próprios tiros mal quebravam o silêncio: não havia ecos nos ares rarefeitos, irrespiráveis. Os estampidos estalavam, secos, sem ressoarem; e a brutalidade humana rolava surdamente dentro da quietude universal das coisas.”

inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo, respigando em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...” (Cunha, 1991, pp. 137-8).

A força desta crítica se somava, na trajetória intelectual de Euclides, a uma ânsia reformadora que o levaria a estabelecer um programa de ação alternativo para o encaminhamento da sociedade brasileira. Algumas tarefas se destacavam no conjunto das reformas idealizadas pelo autor de *Os sertões*, como, por exemplo, a eliminação do sistema de barganha política típico das oligarquias; uma reforma constitucional com vistas a consolidar a solidariedade nacional ameaçada pelo federalismo tal como estava sendo praticado; a incorporação da população dos sertões aos núcleos da vida civil e econômica do país; a difusão ampla da educação escolar e do amparo legal do Estado para tais populações; a exploração racional das terras e o incremento da produtividade e das áreas de cultivo, a partir do acompanhamento de comissões técnicas; e a concretização de um plano viário que possibilitasse uma ampla rede de comunicações a integrar o país, incrementando o mercado interno (Sevcenko, 1985, p. 149).

Como indica Sevcenko, os dois pressupostos fundamentais deste conjunto de medidas que, segundo Euclides, levariam o país de volta ao seu rumo em direção ao progresso, eram, por um lado, “a aceitação inelutável da superioridade do saber científico e da sua competência ímpar para a condução firme e correta da sociedade” e, por outro, a necessidade de que “o Estado assumisse o papel de núcleo catalisador desse impulso reformista, animando e garantindo-lhe a continuidade” (Sevcenko, 1985, p. 148). Quanto a este ponto, cabe ressaltar que, ainda que mantendo sua crença nos princípios do liberalismo segundo os quais o Estado deveria se colocar apenas como mantenedor da ordem, Euclides proclamava a necessidade de que ele se fizesse responsável direto pela ordenação social, devido à compreensão de que aquele momento específico tornava urgentes o incentivo e o estímulo às forças do desenvolvimento: “Temos como em extremo trabalhosa a missão do Estado, nos tempos de hoje; não lhe basta dedicar-se exclusivamente à garantia da ordem. É-lhe indispensável que, de

alguma forma, exorbite, estabelecendo os primeiros elementos do progresso” (idem, 1985, p. 158).

O vigor deste plano de reformas se enfraquecia, no entanto, quando confrontado com a realidade de uma República que, em sua opinião, se mostrava absolutamente contraditória com os ideais, valores e princípios que animavam a idealização de tais medidas, relegando-as a uma situação de pura impotência: “E de fato: como fixar a orientação de um princípio nesse espantoso caos que por aí tumultua assustador, de idéias que não têm vigor e de homens que não têm idéias?” (ibidem p. 147).

Manoel Bomfim: a denúncia de um regime

Dois anos depois de publicado *Os sertões*, Manoel Bomfim escreveu uma obra com uma dimensão ainda mais explicitamente crítica. Analisando a sociedade brasileira em referência ao processo histórico-social comum aos países latino-americanos, ele declarava, em *A América Latina: males de origem*, que a principal causa dos males a que tais sociedades estavam sujeitas era o regime de parasitismo que lhes tinha sido imposto e sob o qual viviam desde a implantação do sistema de colonização de que foram vítimas. A metáfora usada pelo autor como fio articulador de toda a rede de sua análise é referida diretamente ao modelo do parasitismo biológico, ou seja, ao regime pelo qual um organismo passa a viver à custa de um outro, explorando-o e sugando-lhe as forças e os alimentos. A transposição para a situação colonial destes países é imediata, embora, para o autor, o parasitismo social tenha permanecido como a lógica determinante de seu desenvolvimento mesmo depois de consumada a independência política. Ele teria se reproduzido como herança profundamente enraizada nos costumes e nas instituições da vida econômica, política e cultural destas nacionalidades como o regime pelo qual se encaminhava a dominação das classes dirigentes sobre as camadas dominadas da sociedade.

Para Bomfim, os principais efeitos do regime parasitário se davam em dois sentidos. Por um lado, acontecia a degeneração do organismo parasita, pois, devido ao fato de depender exclusivamente para sua sobrevivência do organismo que o mantinha, ele acabava entrando em processo de estagnação e até mesmo de involução. Por outro, havia o enfraquecimento do próprio parasitado, dadas a violência da exploração que pesava sobre ele e a necessidade de se adaptar às condições de vida que lhe eram impostas pelo parasita.

Um dos vícios e heranças fundamentais do parasitismo era, segundo o autor, o conservantismo das classes dirigentes que, aferradas ao passado e ao tradicionalismo, devido à sua própria

degenerescência enquanto parasitas, se erigiam em obstáculos diretos para o progresso social. Esta tese é um aspecto interessante a ser destacado na obra de Bomfim, na medida em que, através dela, o autor tecia uma crítica frontal às pretensões das elites dirigentes da época em se conceberem como implementadoras da chamada regeneração social. Num contexto em que o discurso dominante proclamava a euforia do progresso, o diagnóstico do parasitismo como a lógica estruturadora da sociedade era, portanto, um contraste radical em relação ao otimismo propagado.

“O conservantismo instintivo de uns, o reacionarismo sistemático de outros, vêm perpetuando todas as causas de mal-estar social, de apatia e desânimo, que dão à sociedade brasileira essa tristeza morna, essa desconfiança de si mesma, e que tornam tão difíceis os esforços coletivos, indispensáveis ao progresso social. O passado vive nas classes dirigentes e pesa de um modo esmagador sobre a nação que, no entanto, precisaria sentir-se bem leve e estimulada e penetrada de um espírito novo, para progredir aceleradamente como o exige o momento. Tudo que poderia melhorar as condições sociais e econômicas encontra uma resistência maciça por parte dessas classes conservadoras — almas que se encostaram à vida, e aí ficam imutáveis na mutabilidade das coisas e das circunstâncias” (Bomfim, 1993, p. 280).

Um outro elemento fundamental da crítica que a análise de Bomfim representava em relação ao discurso dominante da modernização era a sua concepção quanto ao horizonte social vislumbrado para o Brasil naquele momento. Contrapondo-se à perspectiva dos que asseguravam que a República teria promovido o ingresso do país nos novos tempos, o autor afirma que a sociedade brasileira permanecia imobilizada na dependência intrínseca a uma sociedade estruturada no parasitismo e que, dessa forma, ela se colocava antes como mantenedora da tradição, e de todos os vícios que esta representava, do que aberta às potencialidades do progresso social. A partir desta visão, toca-se numa questão que certamente representava um desafio frontal às intenções renovadoras das elites republicanas: a perpetuação, ainda que sob novos moldes, da dependência econômica típica do sistema colonial. Criticando as oligarquias que ascenderam com o novo regime, Bomfim (*idem*, p. 175) questionava:

“Tal regime será o de uma nação?... Uma nação é um organismo completo, bastando-se a si mesmo. Só os povos que chegam à emancipação econômica e industrial podem dizer que possuem independência política. Não é o nosso caso — a nação, eternamente ignorante e colonial, eternamente explorada pela

avidez européia. Economicamente, não há diferença entre o Brasil de 1800 e o de hoje. Era uma colônia vassala; é hoje uma colônia independente.”

Concebendo o progresso não como mimetização dos padrões e modos de vida dos países ditos civilizados — tal como estava subjacente na retórica típica da Belle Époque —, mas sim como “estabilidade e liberdade das instituições políticas, boa justiça, instrução popular, atividade social” (ibidem, p. 177), Bomfim afirma que o verdadeiro progresso social implicaria reformas que trouxessem mudanças amplas e reais na estrutura da sociedade brasileira. A exigência para tais reformas seria, portanto, a ruptura com o estabelecido, a partir de “uma luta sistemática, direta, formal, conscientemente dirigida contra o passado” (ibid., p. 161), ou seja, a ruptura com o próprio parasitismo, posto que ele era, em essência, incompatível com o progresso. É com esta perspectiva que a análise de Bomfim introduz a possibilidade de uma guinada no processo histórico em direção a uma efetiva transformação social, tanto no caso brasileiro, como no conjunto dos países latino-americanos.

Como apontam Flora Sussekind e Roberto Ventura (1994, p. 55), ainda que pautando-se num modelo organológico, o conceito de parasitismo é empregado pelo autor não de modo homológico, pelo qual haveria uma correspondência direta entre os fenômenos biológicos e sociais (tal como era comum nas teorias científicas da época), mas sim de forma metafórica, o que o permitia opor-se a um paralelismo mecânico entre o orgânico e o social. Bomfim diferencia o parasitismo biológico do social afirmando que, neste último, ainda que os parasitados estejam enredados no ciclo auto-reprodutor do parasitismo, eles não degeneram como os parasitas e por isso são capazes de “curar-se”, libertando-se e rompendo com o próprio ciclo que os aprisiona. Firmando sua tese, o autor enfatiza: “o parasitismo social não é irreduzível como o parasitismo biológico” (Bomfim, 1993, p. 314).

Em sua perspectiva terapêutica quanto à cura e supressão do parasitismo, Bomfim via como necessidade imperiosa e central para todos os esforços de mudança a promoção da educação popular. Denunciando “essa quimera, que é antes uma imbecilidade: constituir uma nacionalidade próspera e livre, deixando a massa da população estúpida, embrutecida, inproveitada, ignorante, nula...” (idem, p. 282), o autor critica duramente os que tomavam o progresso apenas como função do desenvolvimento material, afirmando que ele deveria ser entendido em sua essência, isto é, como progresso da sociedade como um todo, a ser obtido através de uma educação que perpassasse todos os níveis sociais. Este é mais um argumento

importante de seu descontentamento com a República tal como ela vinha se estruturando: “Como estamos, não somos nem nações, nem repúblicas, nem democracias. ... Querer um regime moderno, com almas cristalizadas nos costumes de três séculos atrás, não é uma utopia, é uma monstruosidade” (ibidem, p. 331).

Condenando o descaso das elites políticas republicanas pela questão da instrução pública — “elemento essencial numa democracia” (ibid., p. 184) — e a preocupação exclusiva que manifestavam em formar “doutores para boiar sobre uma onda de analfabetos” (ibid., p. 183), Bomfim conduz sua análise para a questão que, segundo ele, se impunha como “a conclusão última desta longa demonstração”: “a necessidade imprescindível de se implementar a instrução popular” (idem, p. 329). Seria através dela que os elementos até então parasitados poderiam tomar consciência de sua própria condição e a partir daí reunir forças para dar sustentação ao processo de renovação necessário para o fim do parasitismo.

Neste processo de mudança, igualmente como previsto por Euclides, Bomfim concede um papel fundamental à atuação do poder público representado pelo Estado. A concepção que o autor tem acerca do Estado tal como ele se constituía historicamente e se reproduzia até aquele momento nos países latino-americanos é profundamente negativa. Tendo sido formado sob a lógica da dominação colonial, ele teria permanecido até então como um Estado parasita, um instrumento privilegiado da exploração que o regime parasitário vinha instituindo sobre o conjunto da sociedade.

“O Estado existe para fazer o mal, exclusivamente; e esta feição, com que desde o primeiro momento se apresenta ele às novas sociedades, tem uma influência decisiva e funestíssima na vida posterior destas nacionalidades: o Estado é o inimigo, o opressor e o espoliador; a ele não se liga nenhuma idéia de bem ou de útil; só inspira ódio e desconfiança... Tal é a tradição; ainda hoje se notam estes sentimentos, porque ainda hoje ele não perdeu o seu caráter, duplamente maléfico, tirânico e espoliador” (ibidem, p. 143).

Porém, esta feição tradicional do Estado como uma entidade à parte, que cuidava somente de seus próprios interesses e daqueles dos grupos dominantes e que, portanto, se comprometia unicamente com a conservação do regime, poderia ser, segundo o autor, superada. Para isso, seria necessário um trabalho intenso de reeducação política, através de “uma propaganda aturada, propositalmente dirigida nesse sentido”, que era o de transformar o Estado parasita em um Estado tal como ele deveria ser, ou seja, uma instituição a serviço direto da sociedade. “O Estado só tem uma razão de ser: representar e defender os interesses gerais

das populações, não tendo outros interesses que não os interesses comuns da sociedade, e o seu bem-estar” (ibid., p. 193).

Entre as tarefas que a ele caberia cumprir para atingir tal fim, a principal seria a de promover uma ampla instrução da população. Ainda que declarando necessária esta intervenção do Estado — ressaltando que assim ele estaria vinculado aos anseios coletivos da sociedade —,³ Bomfim afirma que a efetiva condução e concretização do progresso estariam a cargo não das classes dominantes, degeneradas enquanto parasitas, mas sim dos próprios parasitados, ou seja, dos principais interessados em se libertar do regime parasitário: “o verdadeiro impulso para o progresso é dado, naturalmente, pelos que sofrem e são oprimidos” (ibid., p. 301). É destes elementos que proviria a força necessária para a transformação, que por sua vez pressupunha, como foi apontado, uma reversão na ordem do processo histórico-social estruturado no regime do parasitismo. Através desta visão, revela-se toda a dimensão crítica da obra de Bomfim, na medida em que ele rompe com a concepção positivista de progresso tão reverenciada em sua época, segundo a qual este estaria intrinsecamente subordinado à manutenção da ordem e deveria ser conduzido de cima para baixo pela ação política dominante subsidiada por uma elite intelectual cientificamente preparada. Por outro lado, ao afirmar tal posição, ele também se afasta do pessimismo das visões deterministas que, proclamando a inexorabilidade de fatores como meio e raça, declaravam a impossibilidade de mudanças substantivas na ordem inscrita no processo histórico. Como observam Sussekind e Ventura (1994, p. 55): “Embora adote o método genético de explicação do presente, aproximando-se de outros ‘ideólogos do caráter nacional’ que moldam o histórico a partir do peso do passado, é na espreita de um abalo das cadeias que entrelaçam o presente ao passado que se situa Bomfim.”

Perplexidade e opção pela mudança

Este é o ponto fundamental que diferencia as posturas críticas adotadas pelos autores aqui tratados. A análise de Euclides da Cunha em *Os sertões*, embora aponte francamente para uma adesão aos rebeldes e não se exima de apontar duras críticas ao encaminhamento do projeto civilizatório, permanece, em última instância, como relato angustiado de um espírito dividido entre a tendência em se colocar como a voz dos oprimidos e a postura do engenheiro militar comprometido com a crença positivista do progresso como marcha inelutável a ser conduzida pela ciência e pelos “mais competentes”. Para Walnice Nogueira Galvão (Cunha, 1991, p. x), tal dilema foi de alguma forma resolvido pelo autor não na forma do raciocínio analítico, mas na linguagem literária do

³ Este ponto levanta uma questão que Bomfim não desenvolve nesta obra, que é a de saber através de que processos seria possível transformar o que até então havia se constituído como um “mau” Estado, comprometido com o parasitismo, em um “bom” Estado, agente direto da superação deste regime. Em *O Brasil nação*, escrito em 1928, Bomfim se dá conta da impossibilidade de que as próprias classes dirigentes levem, via educação, as massas populares à emancipação e à soberania, percebendo mesmo a contradição inescapável contida em tal tese. Ele opta então pela opinião de que só um processo de cunho revolucionário seria a efetiva solução para o fim do parasitismo, através de uma ruptura radical com os grupos dominantes e da tomada do Estado, seguida de sua completa modificação enquanto tal pelos setores dominados da sociedade.

discurso. Através desta, pela recorrência às figuras da antítese e do oxímoro, foi possível ao autor reunir as forças contraditórias que se mostravam incapazes de serem reconciliadas ao nível de sua compreensão.

“Assim, Antonio Conselheiro, diz ele, era tão extraordinário que cabia igualmente na história como no hospício. Louco obscuro ou personagem heróica exemplar, acaba sendo a mesma coisa. Mais do que adornos do texto, os oxímoros famosos são os significantes de uma dificuldade real. ‘Tróia de taipa’ defendida pelo ‘Titã acobreado’, Canudos e os canudenses não entregam a chave de sua decifração aos métodos utilizados pelo escritor.”

Quanto à perspectiva de Bomfim, conforme analisam Sussekind e Ventura (1984, pp. 14-5), ainda que construa seu discurso a partir de categorias típicas do horizonte teórico-ideológico que ele mesmo pretende criticar (dada sua concepção organológica do histórico-social), o autor se contrapõe ao discurso dominante de sua época na medida em que reverte por dentro o uso destas categorias, rompendo com o procedimento homológico tradicional e substituindo-o pelo tratamento metafórico a partir do qual trabalha a noção de parasitismo. “O texto de Bomfim se inscreve no panorama intelectual que lhe é contemporâneo como contradiscurso; discurso crítico que se elabora no interior do próprio discurso ideológico dominante, como o seu ‘negativo’, a sua ‘contradição’.”

Todavia, segundo tais comentadores, não obstante sua preocupação em esboçar um modelo interpretativo crítico, por trabalhar com uma linguagem e uma rede conceitual em vias de superação, o autor de *A América Latina* não teria conseguido romper com os horizontes ideológicos impostos por estas linguagens, permanecendo assim num “solo ambíguo” (idem, p. 26). Embora admita a presença desta ambigüidade, creio, no entanto, que ela se coloca não como obstáculo a tal ruptura, mas como a característica particular de um discurso que, situado historicamente em relação aos horizontes possíveis de seu tempo, vale-se das categorias de pensamento próprias ao ambiente intelectual do momento para implementar, através de sua crítica social, o questionamento dos princípios instituídos e instituintes da cultura desta época. Dessa forma, traduzindo por um lado a inserção inescapável do autor no universo cultural de que partilha enquanto intelectual, a ambigüidade se revela, por outro lado, um indício mesmo da distância crítica que o autor assume em relação a esse universo, e não uma evidência de um comprometimento — no sentido consciente, político-ideológico — com ele. Ao explicitar, como contradiscurso, as contradições do discurso dominante, fazendo-o a partir dos conteúdos de sua crítica social à ordem

estabelecida, Bomfim consegue, ao meu ver, marcar uma descontinuidade com este próprio discurso, rompendo ideologicamente com sua lógica e seus princípios fundamentais. É tal ruptura crítica que o diferencia de Euclides, cuja análise, mesmo expressando uma tensão questionadora em relação ao horizonte social e ideológico de sua época, não traduz, como Bomfim o faz, uma opção clara e consciente pelo rompimento com a ordem histórica, política e social que dava sentido a esse horizonte.

KROPF, S. P. 'Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, III (1), 80-98 mar.-jun. 1996.

O artigo apresenta um contraponto entre as concepções desenvolvidas a respeito da sociedade brasileira por Euclides da Cunha e Manoel Bomfim, nos livros *Os sertões* e *A América Latina: males de origem*, publicados, respectivamente, em 1902 e 1905. Situando as referidas obras no contexto do entusiasmo pela modernização nacional da passagem do século, pretendemos apontar aproximações e diferenças entre as formas pelas quais tais autores questionaram o processo político-social em que se proclamava a inserção do Brasil na trilha do progresso e da civilização e apresentaram suas visões críticas da lógica e objetivos que presidiam este processo, bem como dos limites que a ele se impunham em seu encaminhamento na época.

PALAVRAS-CHAVE: Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, modernização, progresso, civilização, identidade nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- | | |
|--|---|
| Barros, Roque
Spencer Maciel de
1986 | <i>A ilustração brasileira e a idéia de universidade</i> . São Paulo, Convívio/Edusp. |
| Barros, Roque
Spencer Maciel de
1967 | <i>A evolução do pensamento de Pereira Barreto</i> . São Paulo, Grijalbo. |
| Bomfim, Manoel
1993 | <i>A América Latina: males de origem</i> . 1ª ed., 1905, Rio de Janeiro, Topbooks. |
| Bomfim, Manoel
1932 | <i>Cultura e educação do povo brasileiro</i> . s.l., s.e. |
| Bomfim, Manoel
1931 | <i>O Brasil nação</i> . Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2 vols. |
| Bomfim, Manoel
1930 | <i>O Brasil na história</i> . Rio de Janeiro, Francisco Alves. |
| Bomfim, Manoel
1929 | <i>O Brasil na América</i> . Rio de Janeiro, Francisco Alves. |
| Cunha, Euclides da
1995 | Obra Completa. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Aguilar, vol. 2. |
| Cunha, Euclides da
1991 | <i>Os sertões. Campanha de Canudos</i> . Introdução de Walnice Nogueira Galvão. 35ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves. |

- Greene, John C. *Science, ideology and world view*. Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press.
1981
- Schwarcz, Lilia Moritz *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras.
1993
- Sevcenko, Nicolau *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense.
1985
- Sussekind, Flora e *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. Rio de
Ventura, Roberto Janeiro, Moderna.
1984

Recebido para publicação em março de 1996.